

**A CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL E A TEORIA DOS CICLOS
POLÍTICOS: UMA ANÁLISE EMPÍRICA FISCAL E CONTÁBIL SOBRE OS
MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1998 / 2006.**

**THE GOVERNMENTAL ACCOUNTING AND THE THEORY OF THE
POLITICAL CYCLES: AN EMPIRICAL FISCAL AND ACCOUNTING
ANALYSIS ON RIO DE JANEIRO STATE'S MUNICIPALITIES - 1998 / 2006.**

**LA CONTABILIDAD GUBERNAMENTAL Y LA TEORÍA DE LOS CICLOS
POLÍTICOS: UN ANÁLISIS EMPÍRICO FISCAL Y CONTABLE SOBRE LOS
MUNICIPIOS DEL ESTADO DE RIO DE JANEIRO - 1998 / 2006.**

FREDERICO ANTONIO AZEVEDO DE CARVALHO

*Professor Associado no Programa de Mestrado em Ciências Contábeis - UERJ.
Professor Adjunto 4 na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis - UFRJ.
Doutor em Ciências Econômicas - Université Catholique de Louvain, Belgica.
Economista (UFRJ) e Estatístico (ENCE-IBGE).*

KLEBER VASCONCELLOS DE OLIVEIRA

*Mestrado em Ciências Contábeis - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.
Graduação em Ciências Contábeis - UERJ.
Professor Substituto da disciplina Técnica Orçamentária e Contabilidade Pública - UERJ.*

RESUMO

O objetivo do trabalho é analisar o comportamento das prefeituras fluminenses a fim de detectar “comportamentos cíclicos” nos gastos públicos e suas inter-relações com o calendário eleitoral. Por meio de uma abordagem de dados em painel, foram analisadas rubricas específicas do Orçamento e Balanços públicos municipais entre 1998 e 2006. Os resultados sugerem que o calendário eleitoral exerce influência (estatisticamente) significativa sobre o comportamento dos prefeitos, mesmo descontando o efeito específico de cada município (a localização geográfica, por exemplo). Os resultados também indicam que os prefeitos realizam superávits

financeiros nos anos anteriores às eleições para “descarregar” esse excesso no ano eleitoral. No que tange à inscrição em restos a pagar, os resultados mostram a preocupação dos prefeitos candidatos à reeleição com o ônus das dívidas contraídas (ou mesmo com as exigências da LRF), tornando-se fiscalmente mais conservadores. A coincidência partidária entre o prefeito e o presidente e/ou o governador apresenta uma relação inversa (à exceção das despesas na rubrica “Transportes”). Pertencer ao mesmo partido destes significa, então, uma redução dos gastos, indicando uma espécie de “pacto de ajuste fiscal” entre níveis de governo.

Palavras-Chave: Contabilidade Governamental. Ciclos Políticos. Dados em Painel.

RESUMEN

El objetivo del trabajo es analizar el comportamiento de los ayuntamientos fluminenses a fin de detectar “comportamientos cíclicos” en los gastos públicos y sus interrelaciones con el calendario electoral. Por medio de un abordaje de datos en panel, fueron analizadas rúbricas específicas del Presupuesto y Balances públicos municipales entre 1998 y 2006. Los resultados sugieren que el calendario electoral ejerce influencia (estadísticamente) significativa sobre el comportamiento de los alcaldes, incluso descontando el efecto específico de cada municipio (la localización geográfica, por ejemplo). Los resultados también indican que los alcaldes realizan superávits financieros en los años anteriores a las elecciones para “descargar” ese exceso en el año electoral. En lo que se refiere a la inscripción en restos impagado, los resultados muestran la preocupación de los alcaldes candidatos a la reelección con la carga de las deudas contraídas (o incluso con las exigencias de la LRF), haciéndose fiscalmente más conservadores. La coincidencia partidaria entre el alcalde y el presidente y/o el gobernador presenta una relación inversa (a la excepción de los gastos en la rúbrica “Transportes”). Pertenecer al mismo partido de éstos significa, entonces, una reducción de los gastos, indicando una especie de “pacto de ajuste fiscal” entre niveles de gobierno.

Palabras-Clave: Contabilidad Gubernamental. Ciclos Políticos. Datos en Panel.

ABSTRACT

The paper investigates the behaviour of municipal accounting data in order to detect whether there are cyclical effects due to the election years from 1998 - 2006. Using a panel approach that combines time series and cross-sectional data, several regression equations are estimated via a fixed effects specification. Findings indicate that electoral periods exert (statistically) significant influences on municipal accounts corrected for the population. In addition it seems that mayors obtain super-avits in years before elections so that they can make use of them during

electoral periods. For mayors running to be re-elected, the reduction of pending debts suggests that they may become conservative so as to avoid future expenses. The inverse effect of partisan occurrence between mayors and, either governors or the president, show that there may be an implicit agreement across government levels as long as some public expenses are concerned.

Keywords: Government Accounting. Political Cycles. Panel Data.

1. INTRODUÇÃO

É crescente a exigência da sociedade para que o governo demonstre os resultados de suas “formas de governar”, maximizando assim os níveis de transparência, um dos pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal. Em sintonia com as demandas sociais pela maior transparência, a Contabilidade, como ciência e como prática profissional, vem assumindo seu papel de intermediador da comunicação entre o governo e os interessados nas informações públicas (por exemplo, cidadãos ou empresas). A divulgação de informações mais claras, mais confiáveis e mais transparentes caracteriza uma legítima preocupação dos tomadores de decisão, pois os diversos agentes que interagem com o Governo estão cada vez mais interessados na correta aplicação dos tributos que pagam. A chamada *accountability* das ações governamentais ultrapassa os mandatos dos eleitos porque sem informações confiáveis, relevantes e oportunas não é possível ativar os mecanismos de responsabilização ao longo do tempo.

Atualmente, já há certo consenso de que os resultados de eleições são diretamente influenciados pelo desempenho da economia em um país. Às vésperas de uma eleição, um governante dificilmente anunciaria medidas que poderiam “desagradar” os eleitores, tais como um aumento de impostos ou uma desvalorização cambial. As primeiras discussões sobre o comportamento dos *policymakers* frente ao calendário eleitoral surgiram com os trabalhos de Kalecki (1943), Akerman (1947) e depois Downs (1957), que merecem destaque entre os pioneiros na tentativa de buscar modelos formais que explicassem o impacto dos fatores políticos na economia. Essa linha de pesquisa, conhecida como Teoria da Escolha Pública (TEP), inclui autores tais como James Buchanan e Joseph Schumpeter. Mas foi na década de 1970 que se intensificaram as contribuições, incluindo os chamados ciclos político-econômicos *tradicionais* oportunistas e ideológicos (ou partidários). Já na década de 1980, surgiram os chamados ciclos político-econômicos *racionais* oportunistas e ideológicos. De acordo com Bittencourt (2002), essa distinção entre tradicionais e racionais testemunha, em certo sentido, a evolução histórica da teoria dos ciclos político-econômicos, uma vez que, a partir da década de 80, o *status* desses modelos passou a depender de sua interface com a hipótese das expectativas racionais.

As teorias dos ciclos políticos focalizam, pois, as decisões (econômicas ou políticas) a serem tomadas pelos governantes de forma a induzir sua permanência no poder, mani-

pulando instrumentos de política econômica ou fiscal, com fins de promoção pessoal ou partidária. No entanto, apesar do grande espaço de manobra do governante, esse incentivo à distorção fiscal pode ser reduzido. De fato, de um lado estão os benefícios de permanência no poder, tendo em vista que serão usufruídos pelo próprio político reeleito, ou pelo seu sucessor (do mesmo partido). De outro lado, esses mesmos benefícios devem ser vistos com certo ceticismo, pois os *policymakers* devem considerar os efeitos negativos futuros de suas próprias políticas (inflação/desemprego).

Para Nakaguma (2006), a questão reside em determinar qual daquelas duas direções vai prevalecer: de um lado, o oportunismo eleitoral, que estimula o governante a adotar políticas expansionistas com o intuito de elevar a probabilidade de reeleição; do outro lado, o controle político exercido pelos eleitores, que restringe o uso discricionário, de finalidade meramente “eleitoreira”, dos instrumentos políticos. A primeira tendência é abordada pelos modelos de ciclos eleitorais oportunistas, enquanto que a segunda é objeto dos modelos de controle eleitoral.

Nesse contexto, o problema de pesquisa a ser aqui analisado consiste em verificar se há evidência empírica de “manipulações eleitoreiras” nos municípios fluminenses, entre 1998 e 2006, e em detectar como se manifestam tais “manipulações”, em particular verificando que variáveis são mais influenciadas pela ação dos *policymakers*? O interesse em analisar essas questões pode ser justificado pela importância do Rio de Janeiro no cenário político e econômico do país, além de contribuir para a literatura já existente a respeito do tema dos Ciclos Políticos. Até então não foi possível levantar, na literatura relacionada, estudo que analise especificamente o caso dos municípios fluminenses, apesar de haver estudos que analisam os municípios brasileiros em conjunto. Além disso, também é pioneira a inclusão de dados da Contabilidade Governamental, até então praticamente ausentes nesse tipo de análise.

O artigo está organizado em cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção, é abordado o arcabouço teórico que sustenta o tratamento do tema, em especial os principais modelos que tentam explicar os ciclos econômicos associados a questões políticas. A terceira seção descreve a coleta de dados e a metodologia estatística utilizadas na pesquisa. Na quarta seção, analisam-se os resultados obtidos, enquanto que as conclusões e as considerações finais, na quinta e na última seção, completam o texto.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A literatura sobre ciclos político-econômicos procura analisar de que forma a ideologia dos governantes e seu desejo de serem reeleitos influenciam a evolução da economia. Segundo o trabalho pioneiro de Nordhaus (1975), os políticos exercem comportamento “oportunista” no sentido de que estimulam a economia às vésperas das eleições a fim de aumentar a probabilidade de reeleição. Logo após, procuram eliminar a inflação resultante dessa manipulação, ge-

rando recessão econômica. Para Veiga e Veiga (2004), esse modelo (*Political Business Cycles Theory*) admite expectativas adaptativas (por oposição às expectativas racionais), o que permite que os governantes escolham uma combinação de inflação e desemprego aceitável para os eleitores e, por isso, que “enganem” sistematicamente o eleitorado antes das eleições. Segundo Nordhaus, os eleitores podem ser considerados “míopes” e retrospectivos, pois teriam memória curta em relação às questões macroeconômicas, tomando suas decisões com base no passado. Nos termos da Curva de Philips, para os eleitores, a desutilidade marginal do desemprego é maior que a desutilidade marginal da inflação (PREUSSLER e PORTUGAL, 2002).

Questionando a abordagem sugerida por Nordhaus, o trabalho de Hibbs (1977) incorpora a variável “ideologia partidária”, considerando que os partidos políticos querem se manter no poder e implementar suas ideologias, ou seja, cada partido tentará implementar políticas que visem beneficiar aquele grupo de eleitores que o apoiou. Na análise de Hibbs (1977), portanto, os partidos “de esquerda” diferem dos partidos “de direita” no que se refere à evolução das variáveis econômicas. Exemplificando essa linha de análise, Borsani (2003) conclui que, na América Latina (no período 1979-1998), a taxa de desemprego observada durante governos de esquerda e de centro foi relativamente inferior àquela observada durante governos de direita, confirmando a previsão empírica de Hibbs (1977). Entretanto, a influência ideológica não é observada no comportamento do PIB, nem da inflação, já que o autor constatou empiricamente que, no ano posterior às eleições, observou-se menor crescimento do PIB e aumento do desemprego e do percentual de inflação, independentemente da ideologia do governo.

A partir de meados da década de 1980, impulsionados pela Hipótese das Expectativas Racionais no comportamento econômico e também influenciados pela Teoria dos Jogos, os estudos passam a levar em consideração a hipótese de eleitores “racionalistas”.

Os eleitores não são mais vistos como ingênuos (para alguns autores, como “irracionalistas”) ou como incapazes de aprender com os próprios erros, tendo, agora, melhor conhecimento do funcionamento da economia e não mais baseando seus votos a partir do desempenho passado. Os eleitores, agora, analisam a competência do governante a partir de sua maneira de administrar a máquina pública. O *policymaker* estaria, então, preocupado em “sinalizar seu tipo” para o eleitorado, manipulando os instrumentos de política macroeconômica ou os instrumentos de política fiscal. É nesse contexto que se destacam, entre outros, os trabalhos de Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990). Surge então uma segunda fase da teoria dos ciclos políticos – agora denominados *Political Budget Cycles Theory* – em que os *policymakers* se preocupam em demonstrar suas competências administrativas por meio de manipulações das políticas públicas, o que um governante incompetente seria incapaz de fazer.

Apesar de a literatura internacional sobre ciclos político-econômicos ser bastante extensa, a maioria dos trabalhos empíricos analisa o comportamento dos governos centrais. No entanto, desde o início da década de 1990, Rogoff havia destacado o interesse de investigar o poder local. Segundo esse autor, os testes empíricos referentes à existência de

ciclos eleitorais deveriam centrar-se nos instrumentos de políticas orçamentárias, tendo em vista ser mais fácil aos governantes manipular o orçamento do que os agregados macroeconômicos. Para ele, utilizando-se variáveis tais como os impostos e os gastos, seria possível recorrer aos dados existentes sobre o comportamento dos governos locais, com a vantagem de obter um número muito maior de observações do que em análises agregadas.

Analisando as idéias de Rogoff e Sibert (1988), Cançado e Araújo Junior (2004) sustentam que o governante, na tentativa de sinalizar que é um bom administrador e de maximizar suas chances de reeleição, adota política fiscal expansionista, piorando sua situação orçamentária no próximo período e criando, então, os ciclos político-orçamentários (*Political Budget Cycles*).

Para Ferreira e Bugarin (2006), o modelo de Rogoff (1990) revela que a existência de informação incompleta entre os eleitores permite ao político distorcer a política fiscal pré-eleitoral de forma a aumentar sua probabilidade de reeleição. Em outras palavras, o ciclo político ocorre devido à existência de assimetria de informação entre políticos e eleitores, estando estes geralmente defasados no tempo com relação às informações sobre a competência dos governantes. Para os autores, existe uma diferença informacional que pode incentivar a manipulação da política econômica na tentativa de reeleição, dado que os custos de monitoramento pelo eleitorado seriam proibitivos.

Outra vertente dos ciclos políticos começa, no final dos anos 80, a questionar a interação entre *policymakers* e eleitores. Segundo essa vertente – representada, principalmente, nos trabalhos de Alesina (1987) e seus associados –, é necessário levar em consideração algo mais do que a possibilidade de que os eleitores sejam plenamente racionais e de que os partidos políticos, uma vez no poder, direcionem suas ideologias a fim de implementá-las. Esse algo mais é a existência de incerteza sobre as preferências dos eleitores: os partidos políticos podem apresentar projetos distintos, mesmo compartilhando informações comuns sobre a preferência do eleitorado, já que não há certeza acerca dessas preferências.

De acordo Preussler e Portugal (2002), os eleitores, não sabendo qual partido estará no poder, geram nos políticos (por meio das pesquisas de intenção de voto) expectativas sobre a probabilidade de cada partido ganhar a eleição. Portanto, é a (futura) presença no poder de um determinado partido político que justifica a condução da política econômica ou fiscal, deixando à margem a questão cíclica oportunista, e fazendo com que as informações sobre o desempenho da economia se tornem de certo modo irrelevantes.

O Quadro 1 resume as quatro vertentes dos ciclos políticos, bem como seus principais referenciais teóricos, até aqui analisados, combinando, de um lado, a dicotomia dos eleitores (agentes econômicos) e suas expectativas, e do outro, a dicotomia dos *policy-makers* e seus partidos.

Na literatura dos ciclos políticos, os benefícios que provêm da manipulação eleitoral são enfatizados pelos chamados modelos de ciclos políticos oportunistas, enquanto

que os custos são enfatizados pelos modelos de controle eleitoral, conforme classificação sugerida por Meneguín e Bugarin (2001). Eles propuseram um modelo segundo o qual um governante – caso não vislumbre a possibilidade de reeleição – tende a maximizar suas ações dentro do mandato, sem se preocupar com os efeitos futuros. Nesse contexto, esses autores e Nakaguma (2006) defendem a reeleição como uma forma de contenção de gastos. O aumento da consciência do eleitorado, a partir da própria exposição a um número mais elevado de alternativas políticas, permite que seja avaliada de maneira cada vez mais rigorosa tanto a própria oferta política quanto a gestão dos governos no poder. Além disso, nesse contexto de competição política, a manutenção de práticas de manipulação eleitoral fica limitada. Esse perfil de eleitor mais consciente acaba impondo certa disciplina aos gastos públicos.

Quadro 1

		PARTIDOS	
		HIPÓTESES	OPORTUNISTAS
VOTANTES	TRADICIONAIS	Teoria oportunista Nordhaus Lindbeck	Teoria partidária Hibbs Frey e Lau
	RACIONAIS	Teoria oportunista racional Rogoff e Sibert Rogoff	Teoria partidária racional Alesina Alesina e Sachs

Fonte: Adaptado de Martins (2002)

3. METODOLOGIA

De acordo com a classificação proposta por Collis e Hussey (2005), pode-se situar o presente trabalho como uma pesquisa analítica ou explanatória, pois o objetivo é entender fenômenos, descobrindo e mensurando relações entre eles. Em relação ao processo de pesquisa, classifica-se como quantitativa, pois está focalizada na mensuração de fenômenos. No que tange à lógica da pesquisa, pode-se classificá-la como dedutiva, pois uma estrutura teórica e conceitual é desenvolvida e depois testada pela observação empírica, tendo em mente futuras explicações e previsões sobre as variáveis envolvidas. Quanto ao resultado esperado, a pesquisa é básica porque está sendo conduzida, primordialmente, para aumentar o entendimento sobre questões gerais, sem ênfase em aplicação imediata ou contextualizada.

As perguntas de pesquisa a responder são: Existem evidências empíricas de manipulações “eleitoreiras” nos municípios do estado do Rio de Janeiro no período estudado? Caso sejam detectadas evidências de ciclos políticos, como elas se mostram mais eviden-

tes? Que variáveis sofrem maior influência (em termos de aumento ou diminuição) devido à ação dos *policymakers*?

O objetivo de analisar o efeito do calendário eleitoral sobre variáveis contábeis municipais não recomenda nem a utilização exclusiva de dados em corte transversal (*cross section*), nem de dados de séries temporais, porque, separadamente, existem apenas quarenta observações anuais e nove anos. Ao proceder à análise empírica dessas questões optou-se, então, pela abordagem de dados em painel (*panel data*), que combina aqueles dois tipos de dados. Foram estimadas equações de regressão múltipla correspondendo a diversas variáveis dependentes, por exemplo, Despesa Orçamentária, Despesa Corrente ou Despesa com Pessoal e Encargos. Foram, também, incluídas as despesas por função: legislativa; agricultura; transporte; educação e cultura; habitação e urbanismo; saúde e saneamento; e assistência e previdência. A variável Receita Orçamentária foi utilizada como variável explicativa visto que os possíveis impulsos de despesas realizados pelos *policymakers* podem ser explicados pelo aumento no volume da arrecadação. Já a variável Resultado Financeiro foi analisada tanto como variável dependente (a fim de poder analisar a realização de *superávits* financeiros) quanto como variável explicativa.

A forma funcional proposta se assemelha à utilizada em Bittencourt (2002) e em Nakaguma (2006), que analisaram o comportamento dos gastos públicos realizados nos estados brasileiros e suas inter-relações com o calendário eleitoral. O método de estimação escolhido foi o modelo de efeitos fixos ou de *pooling* com variáveis *dummies* (JUDGE *et al.*, 1985, p.519-521). Foi utilizada a análise de regressão para investigar a relação entre o gasto e o seu financiamento, expressa pelas variáveis Receita Orçamentária e Resultado Financeiro. A escolha do modelo de efeitos fixos permitiu a utilização, na análise empírica, do programa *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)* (versão 12.0).

Por meio da forma funcional adotada, pode-se analisar, por exemplo, o grau de associação entre os gastos realizados pelas prefeituras fluminenses em ano eleitoral e o fato de o respectivo candidato a prefeito ter sido reeleito ou não. Para isso, foi definido como “ano (de interesse) eleitoral” os anos imediatamente pré-eleitoral, eleitoral e imediatamente pós-eleitoral, a fim de captar o ciclo de modo mais amplo, tendo como referência anual as eleições de 2000 e 2004. O fato de ter havido reeleição será representado no modelo por uma variável *dummy*, que assumirá o valor 0 se o candidato ou o partido não tiver conseguido se reeleger e o valor 1 caso o candidato ou o partido tenha obtido sucesso no escrutínio. Embora o ciclo em que ocorrem ações políticas relacionadas à reeleição possa durar mais do que aqueles três anos, a definição aqui proposta é certamente melhor do que aquela que representa apenas pontualmente o ano eleitoral (como uma única data).

Como o objetivo do trabalho é encontrar evidências de ciclos políticos no comportamento dos prefeitos fluminenses, propõe-se a seguinte forma funcional:

$$\text{VD}_{it} = \beta_0 + \beta_1 \cdot \text{RECORCA}_{it} + \beta_2 \cdot \text{SUPERFIN}_{it} + \beta_3 \cdot \text{PDT}_{it} + \beta_4 \cdot \text{PSDB}_{it} + \beta_5 \cdot \text{PFL}_{it} + \beta_6 \cdot \text{PP}_{it} + \beta_7 \cdot \text{PSB}_{it} + \beta_8 \cdot \text{OUT_PARTIDO}_{it} + \beta_9 \cdot \text{PARTID_ESQ}_{it} + \beta_{10} \cdot \text{MESMODOGOV}_{it} + \beta_{11} \cdot \text{MESMODOPRESID}_{it} + \text{dummies eleitorais} + f_i + u_{it},$$

em que **VD** representa cada variável dependente analisada para os municípios; **RECORCA** é a receita orçamentária municipal; e **SUPERFIN** é o resultado financeiro, podendo ser superávit ou déficit financeiro. As variáveis *dummies* dos partidos analisados assumem valor igual a 1 se o prefeito for daquele partido (por exemplo, PDT, PSDB ou PP) e 0 nos demais casos. A variável **OUT_PARTIDO** representa o conjunto de partidos da amostra que foram agrupados nesta variável. A variável **PARTID_ESQ** é uma variável *dummy* que assume valor igual a 1, caso o prefeito seja de um partido considerado de esquerda e 0 caso contrário; **MESMODOGOV** é uma variável *dummy* que assume valor igual a 1, caso haja coincidência partidária entre o prefeito e o governador e 0 caso contrário; e **MESMODOPRESID** é definida da mesma forma, ou seja, uma variável *dummy* que assume valor igual a 1, caso haja coincidência partidária entre o prefeito e o presidente e 0 caso contrário. As *dummies eleitorais* já foram explicadas antes. A constante f_i é o efeito fixo associado à *i*-ésima observação e u_{it} é o componente de erro. Neste trabalho, *i* representa cada município da amostra ($i = 1, 2, \dots, 40$) e *t*, cada ano da amostra ($t = 1998, 1999, \dots, 2006$), totalizando 360 observações.

A classificação partidária em “direita” ou “esquerda” foi inspirada no agrupamento proposto em Carreirão (2006) para o estado de Santa Catarina. Os partidos PMDB e PSDB, que ali foram classificados pelo autor como sendo de “centro”, passaram a ser classificados em nosso estudo como de “direita”. Além disso, em alguns casos, foram consultados os *sites* dos próprios partidos para apoiar a escolha aqui assumida.

A fonte secundária para as análises empíricas é o banco de dados disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que trata das Finanças do Brasil – Receitas e Despesas dos Municípios (Finbra). Cabe ressaltar que o período analisado (1998 a 2006) foi a maior dimensão temporal possível, visto que antes de 1998 não estão disponíveis dados contábeis tais como dívida ativa ou ativo e passivo financeiros, que distinguem o alvo específico desta pesquisa, existindo somente dados sobre a execução orçamentária. Foram incluídos no estudo apenas aqueles municípios para os quais não faltava nenhuma informação naquele banco de dados. Assim, é possível que, se a eliminação tivesse sido menos seletiva, a amostra final poderia ter sido um pouco maior.

Os valores correntes foram transformados em valores reais de 2006 por meio do deflator implícito do PIB. Finalmente, as variáveis fiscais foram transformadas para valores *per capita* a fim de se corrigirem eventuais distorções nos resultados devido a “diferenças” entre os municípios. Em certa medida, a homogeneização trazida por essa providência também reduz a necessidade de se corrigir uma eventual ocorrência de heteroscedasticidade.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, apresentam-se os principais resultados obtidos no exercício empírico, a saber, as equações estimadas para cada variável dependente. Primeiro aparecem os resultados relativos às sete variáveis orçamentárias consideradas, seguidos do resultado referente às despesas por função.

4.1. Despesa Orçamentária

Este item da despesa refere-se à totalidade das despesas municipais. Os resultados (ver Tabela 1) sugerem que, para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada pelos municípios, os governantes gastam R\$ 1,03, evidenciando um ligeiro déficit orçamentário. Já em relação ao superávit financeiro, observou-se uma relação inversa (como era de se esperar), ou seja, para cada R\$ 1,00 de caixa economizado, as despesas diminuem R\$ 0,29. Foram encontradas evidências significativas de ajustes pós-eleitorais nesse item agregado da despesa. Para as *dummies* de partido, só foram encontradas evidências significativas para o PSDB, que possui maiores despesas em relação ao PMDB, o partido de referência. A coincidência partidária entre os prefeitos e o presidente apresenta relação inversa – semelhante ao resultado encontrado em Cossio (2000) para os estados brasileiros – ou seja, pertencer ao mesmo partido do presidente significa redução dos gastos municipais, indicando uma espécie de “pacto de ajuste fiscal” entre os níveis de governo.

4.2. Despesa Corrente

Esse item da despesa refere-se aos gastos para a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos em geral. Os resultados (ver Tabela 1) sugerem que para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada pelos municípios, os governantes gastam R\$ 0,77 em despesa corrente. Já em relação ao superávit financeiro, observou-se uma relação inversa (como era de se esperar), ou seja, para cada R\$ 1,00 de caixa economizado, as despesas correntes diminuem R\$ 0,19. Não foram encontradas evidências significativas de manipulações eleitoreiras nesse item da despesa. Para as *dummies* de partido, foram obtidos resultados estatisticamente significantes para o PDT, o PSB e para o agregado “Outros Partidos”, cujos gastos são em média superiores ao PMDB em R\$ 176,51, R\$ 143,54 e R\$ 189,90 *per capita*, respectivamente. Para os demais partidos, não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário em relação ao PMDB. Entretanto – inclusive de forma contra-intuitiva (já que o PDT e o PSB são partidos de esquerda) – os partidos de esquerda gastam menos (R\$ 223,39 *per capita*) que os partidos de direita neste item da despesa.

4.3. Despesa de Pessoal e Encargos

Os resultados (ver Tabela 1) sugerem que para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada pelos municípios, os governantes gastam R\$ 0,25 em despesa com pessoal. De acordo com a tabela de regressão, pode-se observar uma preocupação dos *policymakers* com esse item da despesa, visto que elas diminuem nos anos eleitorais e pós-eleitorais. Entretanto, não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário, nesse item da despesa, em relação ao PMDB. A coincidência partidária entre os prefeitos e o presidente apresenta relação inversa, indicando – como citado anteriormente – uma espécie de “pacto de ajuste fiscal” entre os níveis de governo.

4.4. Despesa de Investimento

Os resultados (ver Tabela 1) sugerem que para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada pelos municípios, os governantes investem R\$ 0,24. Foram encontradas evidências significativas de ajustes pós-eleitorais nesse item agregado da despesa. Esse resultado se assemelha ao encontrado em Nakaguma (2006), indicando a existência de “ajustes fiscais pós-eleitorais” de curto prazo, incidindo principalmente nessa rubrica. Para as *dummies* de partido, são obtidos resultados estatisticamente significantes para o PDT, o PSB e para o agregado “Outros Partidos”, cujos gastos são em média inferiores ao PMDB em R\$ 196,15, R\$ 165,62 e R\$ 186,65 *per capita*, respectivamente. Já para o PSDB, pode-se inferir que este partido investe mais (R\$ 144,29 *per capita*) que o PMDB, o partido de referência. Entretanto – inclusive de forma contra-intuitiva (já que o PDT e o PSB são partidos de esquerda) – os partidos de esquerda investem mais (R\$ 229,55 *per capita*) que os partidos de direita. A coincidência partidária entre os prefeitos e o presidente também apresenta relação inversa, indicando – como citado anteriormente – uma espécie de “pacto de ajuste fiscal” entre os níveis de governo.

4.5. Resultado Financeiro

Este item é apurado no balanço patrimonial e, para fins deste trabalho, corresponde à diferença entre o ativo e o passivo financeiros. Como bem salienta Silva (2003), também são incluídos no cálculo os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculados. Os resultados (ver Tabela 2) sugerem que para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada pelos municípios, os governantes economizam em caixa R\$ 0,12. Os resultados sugerem certa manipulação eleitoreira, visto que foram estatisticamente significativos e com sinal negativo para o ano eleitoral, sugerindo que os prefeitos realizam *superávits* financeiros nos anos anteriores às eleições para “descarregarem” esse excesso no ano eleitoral, provavelmente por meio da abertura de créditos adicionais,

para realizarem maiores despesas. Para as *dummies* de partido, foram obtidos resultados estatisticamente significantes para o PSDB e PFL, que economizam menos em caixa em relação ao PMDB. Em relação à postura ideológico-partidária, não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento dessa variável (partidos de direita e de esquerda).

Tabela 1. Resultado das Regressões – Método de Efeitos Fixos

VARIÁVEL	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	DESPESA CORRENTE	DESPESA PESSOAL	DESPESA INVESTIMENTO
CONSTANTE	-85,826	149,269**	390,620***	-236,681***
ANO PRÉ-ELEITORAL	-9,927	17,804	4,835	-24,207
ANO ELEITORAL	-28,732	-5,298	-31,919*	-15,700
ANO PÓS-ELEITORAL	-39,522**	-1,630	-38,576**	-38,303*
DUMMY LRF	-18,790	11,449	69,708***	-21,613
PREF_PDT	-46,102	176,512***	-39,345	-196,151***
PREF_PSDB	100,275**	-33,857	10,181	144,285***
PREF_PFL	-38,821	-40,648	-37,274	3,126
PREF_PP	-27,634	-70,610	-44,885	46,099
PREF_PSB	-53,078	143,742**	-17,742	-165,623***
OUTROS PARTIDOS	-25,938	189,896***	-29,624	-186,654***
PARTIDOS DE ESQUERDA	27,885	-223,387***	-7,407	229,548***
PARTIDO PREF. = GOVERN.	-18,056	9,113	-10,933	-25,642
PARTIDO PREF. =PRESID.	-143,864***	-62,471	-64,625**	-78,996*
REC. ORCAMENTARIA	1,031***	,773***	,245***	,241***
RESULTADO FINANCEIRO	-,294***	-,188***	-,032	-,085**
R ² ajust	0,989	0,970	0,940	0,789
ESTATÍSTICA - F	623,802	218,678	105,733	25,81

***, **, * - Significância ao nível de 1%, 5% e 10% respectivamente. Em todas as equações, o teste F alcançou um p-valor < 0,1%.

4.6. Restos a Pagar Processados

Neste item (ver Tabela 2), pode-se observar certa preocupação dos *policymakers* em relação à probabilidade de reeleição, visto que os resultados foram estatisticamente significativos e com sinal negativo para o ano eleitoral. Portanto, preocupados com o ônus das dívidas contraídas (ou mesmo com as exigências da LRF), os governantes mostraram-se fiscalmente mais conservadores nesse item. O superávit financeiro apresenta uma relação inversa (como era de se esperar), ou seja, para cada R\$ 1,00 de caixa economizado, R\$ 0,12 estão relacionados com inscrição em restos a pagar. Os partidos PSDB e PP inscrevem menos em restos a pagar (R\$ 70,86 e R\$ 45,02 *per capita*, respectivamente) que o PMDB.

Em relação à postura ideológico-partidária, não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção para essa variável (partidos de direita e de esquerda).

4.7. Dívida Ativa

Os resultados (ver Tabela 2) sugerem certa manipulação eleitoreira, visto que foram estatisticamente significativos e com sinal negativo para o ano eleitoral, sugerindo que nestes anos (2000 e 2004) acontecem menores inscrições (ou redução por baixa, prescrição, etc.) de devedores na dívida ativa municipal. O superávit financeiro apresenta uma relação inversa (como era de se esperar), ou seja, para cada R\$ 1,00 de caixa economizado, a dívida ativa diminui R\$ 0,17. Para as *dummies* de partido, foram obtidos resultados estatisticamente significantes para o PFL e o PSB, em que este aparece com sinal positivo, sugerindo que este partido inscreve, na média, mais que o PMDB. Já o PFL aparece com sinal negativo, sugerindo que este partido inscreve, na média, menos que o PMDB. Para os demais partidos, não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário, nessa variável, em relação ao PMDB.

Tabela 2. Resultado das Regressões – Método de Efeitos Fixos

VARIÁVEL	RESULTADO FINANCEIRO	RESTOS A PAGAR	DÍVIDA ATIVA
CONSTANTE	-203,345**	124,938***	1287,807***
ANO PRÉ-ELEITORAL	-24,434	6,903	-7,408
ANO ELEITORAL	-69,674**	-20,412**	-73,825***
ANO PÓS-ELEITORAL	-8,817	-10,223	-42,104
DUMMY LRF	180,111***	-29,619***	146,661***
PREF_PDT	-117,313	20,298	17,913
PREF_PSDB	-128,889*	-70,859***	-24,036
PREF_PFL	-145,212**	-24,050	-94,020*
PREF_PP	-56,270	-45,017**	30,806
PREF_PSB	-81,041	10,556	146,840*
OUTROS PARTIDOS	-130,700*	9,742	-18,949
PARTIDOS DE ESQUERDA	-72,106	-40,595	-97,826
PARTIDO PREF. = GOVERN.	3,617	-1,630	-5,083
PARTIDO PREF. =PRESID.	67,398	3,227	60,961
REC. ORCAMENTARIA	,118***	,011	,035
RESULTADO FINANCEIRO		-,121***	-,167***
R2 ajust	0,617	0,392	0,842
ESTATÍSTICA - F	11,909	5,282	36,543

***, **, * - Significância ao nível de 1%, 5% e 10% respectivamente. Em todas as equações, o teste F alcançou um p-valor < 0,1%.

4.8. Despesas por Função

Os resultados (Tabelas 3 e 4) sugerem que para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada pelos municípios, os governantes gastam (*per capita*) R\$ 0,03 em agricultura; R\$ 0,17 em educação e cultura; R\$ 0,03 em previdência e assistência social; R\$ 0,29 em saúde e saneamento; R\$ 0,03 em transporte; R\$ 0,10 em habitação e urbanismo. Entretanto, as despesas legislativas aparecem com sinal negativo sugerindo prováveis cortes (cerca de R\$ 0,01 *per capita*) nessa rubrica. Já em relação ao superávit financeiro, pode-se inferir que somente as despesas com agricultura e educação e cultura foram significativas. Além disso, apresentaram sinal negativo, indicando uma relação inversa, ou seja, para cada R\$ 1,00 de caixa economizado, as despesas diminuem R\$ 0,02 e R\$ 0,06, respectivamente.

Tabela 3. Resultado das Regressões – Método de Efeitos Fixos

VARIÁVEL	AGRICULTURA	EDUCAÇÃO E CULTURA	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	SAÚDE E SANEAMENTO
CONSTANTE	-47,180***	146,389***	-18,427	-11,261
ANO PRÉ-ELEITORAL	3,817	-2,722	1,344	-10,773
ANO ELEITORAL	-,439	7,391	,044	-17,827
ANO PÓS-ELEITORAL	3,971	23,281***	10,138	-26,913*
DUMMY LRF	-3,168	-11,097	13,516*	-2,997
PREF_PDT	-23,884**	11,875	-50,669***	15,083
PREF_PSDB	10,977	1,291	-23,180	-47,335
PREF_PFL	-8,921	-7,084	-1,864	-8,961
PREF_PP	1,740	3,994	-6,264	-44,180
PREF_PSB	-23,989**	25,745	-61,166***	45,497
OUTROS PARTIDOS	-27,293***	29,039	-51,008***	38,875
PARTIDOS DE ESQUERDA	26,611***	-31,009	51,391***	-14,107
PARTIDO PREF. = GOVERN.	-4,863	1,395	-16,871***	-17,654
PARTIDO PREF. =PRESID.	-4,585	-14,646	20,289	-15,398
REC. ORCAMENTARIA	,033***	,165***	,033***	,288***
RESULTADO FINANCEIRO	-,021***	-,056***	,013	-,038
R2 ajust	0,862	0,940	0,819	0,904
ESTATÍSTICA - F	42,585	104,342	31,167	63,352

***, **, * - Significância ao nível de 1%, 5% e 10% respectivamente. Em todas as equações, o teste F alcançou um p-valor < 0,1%.

Tabela 4. Resultado das Regressões – Método de Efeitos Fixos

VARIÁVEL	TRANSPORTE	HABIT. / URBANISMO	DESP. LEGISLATIVAS
CONSTANTE	-33,886	49,302	104,699***
ANO PRÉ-ELEITORAL	6,486	-7,555	1,826
ANO ELEITORAL	13,787*	-18,571	11,671***
ANO PÓS-ELEITORAL	22,807***	-27,941**	,641
DUMMY LRF	-19,226**	21,791	-13,754***
PREF_PDT	-2,795	-89,268**	-1,266
PREF_PSDB	-11,535	59,719	-2,541
PREF_PFL	-8,732	1,529	-11,308
PREF_PP	13,779	18,337	-19,999***
PREF_PSB	12,031	-103,215***	-6,097
OUTROS PARTIDOS	-20,565	-91,887***	-2,399
PARTIDOS DE ESQUERDA	7,846	72,082**	-9,414
PARTIDO PREF. = GOVERN.	-7,223	3,471	-,818
PARTIDO PREF. =PRESID.	46,350***	-81,667***	-7,267
REC. ORCAMENTARIA	,030***	,098***	-,009***
RESULTADO FINANCEIRO	-,020	-,024	-,009
R ² ajust	0,711	0,713	0,753
ESTATÍSTICA - F	17,38	17,527	21,218

***, **, * - Significância ao nível de 1%, 5% e 10% respectivamente. Em todas as equações, o teste F alcançou um p-valor < 0,1%.

Foram encontradas evidências estatisticamente significativas de impulsos positivos das despesas, no período eleitoral, especificamente nas rubricas “Transporte” e “Despesas Legislativas” indicando serem essas, as variáveis que mais sofreram manipulações de caráter eleitoral. Já no período pós-eleitoral, podem ser observadas reduções nas rubricas “Saúde e Saneamento” e “Habitação e Urbanismo”, sugerindo a existência de “ajustes fiscais pós-eleitorais” de curto prazo (assim como na despesa de investimentos). Entretanto, podem ser observadas também elevações nas rubricas “Educação e Cultura” e “Transporte”. No que tange às *dummies* de partido, pode-se inferir que o PP gasta menos nas despesas legislativas e que o PDT e o PSB gastam menos em agricultura, assistência e previdência social e habitação e urbanismo, em relação ao PMDB, o partido de referência. Entretanto, pode-se observar também – inclusive de forma contra-intuitiva (já que o PDT e o PSB são partidos de esquerda) – que os partidos de esquerda gastam mais em agricultura, assistência e previdência social e habitação e urbanismo que os partidos considerados de direita.

Por fim, a coincidência partidária entre prefeitura e Estado/União apresenta relação inversa para os gastos com assistência e previdência social e habitação e urbanismo, ou seja, pertencer ao mesmo partido do governador/presidente significa redução desses gastos, indicando uma espécie de “pacto de ajuste fiscal” entre os níveis de governo. Porém

os gastos em transporte apresentam relação direta para a coincidência partidária entre prefeito e presidente.

Para a *dummy* LRF, foram encontradas evidências estatisticamente significativas para as variáveis: “Assistência e Previdência Social”, “Transporte” e “Despesas Legislativas”, indicando a importância da Lei de Responsabilidade Fiscal nessas rubricas. As variáveis “Outras Transferências da União” e “Outras Transferências dos Estados” apresentaram coeficientes R^2 ajustados muito baixos (variando em torno de 12%) e, praticamente, sem significância estatística, não sendo, portanto, consideradas para esta análise.

5. CONCLUSÕES

Tradicionalmente, os estudos sobre os chamados Ciclos Políticos – ou seja, sobre a existência de relação cíclica entre eleições e variáveis socioeconômicas – adotam abordagem macroeconômica. Outra abordagem do estudo dos ciclos políticos está relacionada com a análise do comportamento dos gastos públicos (à *la Rogoff*), porém com preocupação basicamente na análise fiscal. Em seu ilustrativo estudo, Preussler e Portugal (2003) vão além dessas abordagens e analisam também o comportamento da variável déficit fiscal e sua relação com a ocorrência de eleições. Bittencourt (2002) também utilizou essa abordagem e, além disso, analisou as despesas por função para os estados brasileiros. Meneguín e Bugarín (2001) introduziram a variável dívida consolidada líquida, deixando aberta a via para estudos que tratem mais diretamente de variáveis relacionadas à Contabilidade Governamental.

O presente trabalho se filia aos estudos que buscam a interação da Contabilometria com a Contabilidade Governamental no que diz respeito à análise de informações quantitativas e qualitativas sobre um eventual comportamento político “oportunista” (ou “cíclico”) por parte dos governantes ou dos partidos. A principal inspiração teórica desses estudos se encontra na chamada Teoria dos Ciclos Políticos, desenvolvida e testada em diversos trabalhos acadêmicos. Segundo a teoria, é esperado que haja repetição periódica, ou “eleitoralmente cíclica”, de ações visando beneficiar o(s) ator(es) político(s) envolvido(s).

O objetivo do trabalho foi alcançado, uma vez que foi verificado empiricamente o fato de que, no período estudado, o “ano eleitoral” exerce influência sobre o comportamento da gestão pública nos municípios fluminenses. Os resultados sugerem que, para os municípios fluminenses, o calendário eleitoral exerce influência (estatisticamente) significativa sobre determinadas variáveis relativas ao orçamento público, mesmo descontando o efeito específico do que ocorreu em cada município (a localização geográfica, por exemplo).

Foram encontradas evidências estatisticamente significativas de impulsos positivos das despesas, no período eleitoral, especificamente nas rubricas “Transporte” e “Despesas Legislativas”, indicando serem estas, as variáveis que mais sofreram manipulações de caráter eleitoral. Os partidos de esquerda gastam mais em despesas de investimentos e menos

em despesas correntes. Em relação ao resultado financeiro, os resultados sugerem certa manipulação eleitoreira, visto que foram estatisticamente significativos e com sinal negativo para o ano eleitoral, sugerindo que os prefeitos realizam *superávits* financeiros nos anos anteriores às eleições para “descarregarem” esse excesso no ano eleitoral, provavelmente por meio da abertura de créditos adicionais, para realizarem maiores despesas.

A coincidência partidária entre os prefeitos e o governador/presidente apresenta relação inversa, ou seja, pertencer ao mesmo partido destes significa redução dos gastos municipais, indicando uma espécie de “pacto de ajuste fiscal” entre os níveis de governo. No que tange aos Restos a Pagar, pode-se observar certa preocupação dos *policymakers* em relação à probabilidade de reeleição, visto que os resultados foram estatisticamente significativos e com sinal negativo para o ano eleitoral. Portanto, preocupados com o ônus das dívidas contraídas (ou mesmo com as exigências da LRF), os governantes mostraram-se fiscalmente mais conservadores. Os resultados sugerem, também, manipulações de caráter eleitoral para a variável “Dívida Ativa”, visto que os coeficientes foram estatisticamente significativos e com sinal negativo para o ano eleitoral, sugerindo que nestes anos (2000 e 2004) acontecem menores inscrições (ou redução por baixa ou por prescrição, etc.) de devedores na dívida ativa municipal.

Bittencourt (2002, p.37) afirma que a habilidade dos eleitores para avaliar as escolhas políticas dos mandatários difere entre grupos. Uma parcela do eleitorado está, por suposição, “informada”, enquanto que outra parcela é “desinformada” e somente observa os instrumentos de política que diretamente afetam sua utilidade. Além disso, argumenta o autor, o governo pode – *através de técnicas engenhosas de contabilidade* – obstruir a habilidade do eleitor de avaliar a necessidade do endividamento. Para o autor, o acesso livre à mídia pode ajudar os eleitores a superar esse problema, mas essas informações requerem recursos (rádio, televisão, jornais) e destreza para processá-las, e tempo, e nenhum desses atributos é igualmente distribuído entre a população.

Entretanto, em sintonia com as demandas sociais pela maior transparência, pode-se afirmar que a Contabilidade, como ciência e como prática profissional, pode e deve assumir papel de intermediadora da comunicação entre o governo e os interessados nas informações relevantes. A divulgação de informações mais claras, mais confiáveis e mais transparentes caracteriza uma legítima preocupação dos tomadores de decisão, pois os diversos agentes que interagem com o Governo estão cada vez mais interessados na correta aplicação dos seus tributos. Assim, a Contabilidade não pode e nem deve sofrer influências com as mudanças de governo, mantendo-se fiel às suas premissas básicas como ciência de informação. A transparência das ações governamentais não esgota a busca da *accountability* durante os mandatos, mas é requisito fundamental para a efetivação dos instrumentos institucionais, visto que sem informações confiáveis, relevantes e oportunas, não há possibilidade de os atores políticos e sociais ativarem os mecanismos de responsabilização.

REFERÊNCIAS

AKERMAN, J. Political Economic Cycles (1947), in B. S. FREY (ed.), *Political Business Cycles*. Coleção *The International Library of Critical Writings in Economics*. Cheltenham: Edward Elgar Publ. 1997.

ALESINA, A. Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game. *Quarterly Journal of Economics*, vol. 102, n. 3p. 651-678, 1987.

ALESINA, A.; SACHS, J. Political Parties and Business Cycle in the United States, 1948-84. *Journal of Money, Credit and Banking*, vol. 20, n. 1, p. 63-82. 1988.

BITTENCOURT, J. L. *Evidências de ciclos políticos na economia brasileira: um teste para a execução orçamentária dos governos estaduais – 1983/2000*. 142 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-graduação em Economia. UFRS. 2002.

BORSANI, H. *Eleições e economia: Instituições Políticas e Resultados Macroeconômicos na América Latina (1979-1998)*. Belo Horizonte: Edit. UFMG. 2003.

CANÇADO P. L.; ARAUJO JR, A. F. Economics and Politics: o que determina as chances de reeleição em municípios? O caso das eleições municipais de Minas Gerais – 2000. *Ibmec MG Working Paper – WP no. 26*. 2004.

CARREIRÃO, Y. S. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 12, n. 1, p. 136-163. 2006.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. *Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação*. Porto Alegre: Bookman, 2 ed. 2005.

COSSIO, F. A. B. O comportamento fiscal dos estados brasileiros e seus determinantes políticos. *Economia*, vol. 2, n. 1, p. 207-258, 2001.

DOWNS, A. Economic Theory of Political Action in a Democracy. *Journal of Political Economy*, vol. 65, n. 2, p. 135-150. 1957.

FERREIRA, I. F. S.; BUGARIN, M. S. Transferências Voluntárias e Ciclo Político-Orçamentário no Federalismo Fiscal Brasileiro. *Ibmec SP. Working Paper 16*. 2006.

HIBBS, D. A. Jr. Political parties and macroeconomic policy. *American Political Science Review*, vol. 71, n. 4, p. 1467-1487. 1977.

JUDGE, G. G.; GRIFFITHS, W. E.; CARTER HILL, R.; LÜTKEPOHL, H.; LEE, T. 1985. *The Theory and Practice of Econometrics*. 2 ed. New York: Wiley.

KALECKI, M. Political Aspects of Full Employment (1943) , in B. S. FREY (ed.), *Political Business Cycles*. Coleção *The International Library of Critical Writings in Economics*. Cheltenham: Edward Elgar Publ. 1997.

MARTINS, R. C. As Teorias de Ciclos Políticos e o Caso Português. Grupo de Estudos Monetários e Financeiros (GEMF), Disponível em: http://www4.fe.uc.pt/gemf/estudos/pdf/2002/gemf02_05.pdf. Acesso em 25/09/2007.

MENEGUIN, F. B.; BUGARIN, M. S. Reeleição e política fiscal: um estudo dos efeitos da reeleição nos gastos públicos. *Economia Aplicada*, vol. 5, n. 3, p. 601-622. 2001.

NAKAGUMA, M. Y. *Ciclos Políticos e Resultados Eleitorais*: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. Dissertação (Mestrado em Economia) –FEA-USP. 2006.

NORDHAUS, W. The political business cycle. *Review of Economic Studies*, vol. 42, n. 2, p. 169-190. 1975.

PREUSSLER, A. P. S.; PORTUGAL, M. S. Um estudo empírico dos ciclos político-econômicos no Brasil. *Análise Econômica*, v. 21, n. 40, p. 179-205. 2003.

ROGOFF, K. Equilibrium political budget cycles. *The American Economic Review*, vol. 80, n. 1, p. 21-26. 1990.

ROGOFF, K.; SIBERT, A. Elections and macroeconomic policy cycles. *Review of Economic Studies*, vol. 55, n. 1, p. 1-16. 1988.

SILVA, L. M. *Contabilidade Governamental*. São Paulo: Atlas, 2003.

VEIGA, L. G.; VEIGA, F. J. Ciclos Político-Econômicos nos Municípios Portugueses. *II Conferência do Banco de Portugal - "Desenvolvimento Económico Português no Espaço Europeu"*. Universidade do Minho. 2004.